Unidade III. Discursos e práticas na história da psicologia
Parte IV – Modos de pensar e fazer psicologia através da história
Cap. 12 – Totalidade, individualidade social e ideologia: três contribuições da tradição marxista à História da Psicologia

Fernando Lacerda Júnior

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LACERDA JÚNIOR, F. Totalidade, individualidade social e ideologia: três contribuições da tradição marxista à História da Psicologia. In: JACÓ-VILELA, A.M., and OLIVEIRA, D.M., orgs. *Clio-Psyché: discursos e práticas na história da psicologia* (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 151-165. ISBN 978-85-7511-498-8. Available from: doi: [10.7476/9788575114988.0014](https://doi.org/10.7476/9788575114988.0014). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/27bn3/epub/jaco-9788575114988.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo 12

Totalidade, individualidade social e ideologia: três contribuições da tradição marxista à História da Psicologia¹

Fernando Lacerda Júnior

Introdução

Analisar modos de pensar e fazer História da Psicologia supõe o estudo dos seus fundamentos teórico-metodológicos. Trata-se, portanto, de abordar uma problemática que é objeto de inúmeras reflexões e polêmicas. Tal como a psicologia se constituiu como uma área marcada pela diversidade teórica, a história da psicologia também é uma área marcada por diferentes concepções ontológicas, epistemológicas e metodológicas. Pode-se facilmente encontrar estudos históricos profundamente divergentes entre si: desde trabalhos (normalmente introduções ou manuais) que buscam provar que a psicologia é uma ciência herdeira dos grandes pensadores da Grécia Clássica (como o texto de Wetheimer, 1977) até trabalhos que criticam essa abordagem por ser fundada em uma concepção teleológica e celebratória de história, na qual o estado presente da psicologia é visto como o clímax de um processo que começou nos primórdios da humanidade (Ferreira, 2008; Harris, 2009; Richards, 2010). Assim é possível identificar diferentes pressupostos gerais que guiam os diversos modos de pensar e fazer história da psicologia: a história dos “grandes homens”, a psichistória, a perspectiva multifatorial, a história social, a microhistória, etc. (Brozek e Massimi, 2002; Campos, 1996; Massimi, Campos e Brozek, 1996).

Não sendo um estudioso da história da psicologia, mas alguém que realizou estudos históricos para compreender a emergência de teorias autodenomina-

¹ O presente trabalho contou com o apoio financeiro oferecido pelo CNPq por meio da chamada MCTI/CNPQ/Universal 14/2014.

das críticas na psicologia, pretendo destacar, a partir de referências associadas aos pensamentos de Marx e Lukács, contribuições da tradição marxista² que podem orientar certos “modos de pensar e fazer história da psicologia”³.

Há diversas articulações possíveis entre marxismo e estudos históricos em psicologia. Essa diversidade pode ser facilmente identificada quando sublinhamos quatro tipos de trabalhos: 1) estudos que utilizaram teorias, concepções ou categorias marxistas para identificar a relação entre a gênese da sociedade burguesa e o processo de constituição da psicologia como projeto científico autônomo (Parker, 2007; Yamamoto, 1987); 2) estudos que analisaram contribuições metodológicas do marxismo para a história da psicologia (Antunes, 2005; Buss, 1978; Campos, 1996); 3) pesquisas que analisaram a gênese histórico-social de propostas psicológicas de base marxista (Calviño, 2013; Carone, 1991; Tuleski, 2010); e 4) pesquisas que analisaram a relação entre conceitos psicológicos e contextos sócio-históricos específicos com a finalidade de identificar como a psicologia expressa concepções ideológicas sobre a relação indivíduo e sociedade (Holzkamp, 1991 [1985]; 2013 [1988]; Osterkamp, 1991 [1986]; Sève, 1979).

No presente capítulo, destacarei como três categorias – totalidade, individualidade social e decadência ideológica – podem contribuir para se refletir sobre os modos de pensar e fazer a história da psicologia. Trata-se de um recorte bem específico que não esgota as diversas possibilidades de articulação entre psicologia e marxismo. Em outros trabalhos, destaquei como as análises marxistas sobre os condicionamentos sociais do processo de conhecimento podem

2. Tradição marxista é o termo utilizado por Netto (1985) para descrever um diversificado campo de ideias teórico-políticas que, de diferentes maneiras, refere-se à obra de Marx. Assim, na tradição marxista não existe um desenvolvimento unívoco e linear de ideias que começam com Marx, mas disputas e elaborações teóricas caracterizadas por profundas divergências sobre o legado marxiano. Dessa forma, o termo marxismo pode contribuir para confusões, já que, a rigor, não existe um marxismo, mas marxismos. Neste trabalho, quando se utiliza o termo “marxismo”, está se levando em conta a advertência destacada.

3. Pressupõe-se que o texto marxiano ainda seja válido para a compreensão do mundo contemporâneo. É uma tese polêmica, mas que pode ser justificada. A vigência do marxismo pode ser justificada historicamente ou ontologicamente. A defesa da atualidade histórica do marxismo parte do argumento de que uma das principais contribuições de Marx foi compreender a lógica do capital, isto é, uma processualidade que ainda rege a sociedade atual e, por isso, a teoria crítica proposta por Marx é atual (Netto, 2011). A justificativa ontológica argumenta que a filosofia marxista só pode ser questionada quando a centralidade ontológica do trabalho (a necessidade de seres humanos transformarem intencionalmente a natureza para satisfazerem suas necessidades e, nesse processo, construírem novas objetivações) no ser social deixar de refletir o movimento do real (Lessa, 2007). Nessa perspectiva, descarta-se a hegemonia ideológica (o fato do marxismo estar presente ou não na vida cotidiana de círculos políticos ou acadêmicos) como critério de avaliação da atualidade de uma teoria.

explicar o subjetivismo hegemônico na psicologia crítica contemporânea (Lacerda Jr., 2015) e refleti sobre como as análises lukacsianas e marxianas sobre emancipação política, ontologia do ser social e historicidade podem contribuir para uma análise crítica da psicologia (Lacerda Jr., 2016).

Em primeiro lugar, a utilização da perspectiva da totalidade como ponto de referência que permite avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular é um fundamento que possibilita superar as polêmicas entre abordagens externalistas e internalistas em história da psicologia, além de estabelecer como exigência metodológica o estudo da dialética singular-particular-universal. Em segundo lugar, a proposta de individualidade social, isto é, a afirmação da intrínseca sociabilidade da individualidade humana possibilita uma nova angulação no processo de análise do valor das teorias psicológicas dominantes. Finalmente, a noção de decadência ideológica permite analisar a relação da psicologia com o irracionalismo e o agnosticismo formalista, problematizando como o horizonte social e a instrumentalidade ideológica das ciências modificam o conhecimento produzido pela psicologia. Na exposição de cada um dos temas, serão destacados alguns exemplos concretos na história da psicologia.

Totalidade

O que define o marxismo não é a tese de que a luta de classes é o motor da história ou a tese de que a economia é o fator determinante para os fenômenos psicológicos, sociais e culturais. Argumentações desse tipo não surgiram no pensamento marxiano, mas nas leituras mecanicistas feitas por correntes políticas que predominaram após a morte de Marx e Engels (Löwy, 2013 [1984]; Netto, 1985). Assim, seguindo a contribuição de Lukács (2012 [1968]), entende-se que o que singulariza o pensamento marxista diante de todas as outras abordagens é a perspectiva da totalidade (ver também Netto, 2011). A obra marxiana “em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e, com base nela, sopesa a realidade e o significado de cada fenômeno singular” (Lukács, 2012, p. 296).

Assim, Marx elaborou as bases ontológicas para a teoria do ser social compreendido como um complexo de complexos, isto é, uma unidade constituída por “diversos complexos heterogêneos e heterogeneamente movidos” (Lukács, 2012 p. 360). Em outras palavras, a totalidade é um “complexo de comple-

xos” dinâmico e heterogêneo ou, usando as palavras de Marx (1982 [1857], p. 14): “O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”.

Isolar o objeto específico da totalidade é apenas o início do processo de investigação científica. É a elaboração de uma abstração pelo sujeito com a finalidade de começar a pesquisa. Trata-se de uma abstração porque nenhum objeto existe como parte isolada do todo: isolar a parte do todo é um movimento do pensamento, por isso, uma abstração efetivada pelo sujeito que busca apreender as determinações específicas do objeto estudado. A elaboração teórica não pode ser reduzida à apreensão de objetos singulares ou particulares, pois, na materialidade concreta, o objeto só existe como síntese de múltiplas determinações. Como a parte só efetivamente existe um complexo macro e dinâmico, é necessário fazer o chamado caminho “de volta” proposto por Marx (1982): articular a parte abstraída com a totalidade, uma vez que “todo fato deve ser visto como parte de um complexo dinâmico e em interação com outros complexos” (Lukács, 2012, p. 338).

Afirmar a perspectiva da totalidade não é afirmar que a parte é um mero epifenômeno ou uma causa do todo. Adotar a perspectiva da totalidade não significa enquadrar objetos na totalidade eliminando sua singularidade. Se o ser social é um “complexo de complexos”, então a parte possui uma autonomia relativa, uma legalidade própria, é uma parte movida e movente. A ênfase na existência de uma estrutura econômica global que determina a vida social atual não infirma as processualidades específicas que garantem autonomia relativa às partes específicas.

Uma história da psicologia que parte dessa concepção afirma a importância dessa disciplina compreender a história da ciência a partir da história da práxis humana (Campos, 1996). No entanto, se é uma efetiva perspectiva *dialética* da relação da psicologia com a totalidade, então não se faz história da psicologia com abordagens unilaterais, sejam elas internalistas ou externalistas.

A perspectiva da totalidade demanda pesquisas históricas (“externalistas”) e sistemáticas (“internalistas”), isto é, exige apreender tanto as determinações sócio-históricas quanto as propriedades particulares e singulares do objeto de estudo. Esta é, precisamente, a proposta de Antunes (2005) para a história da psicologia a partir de uma perspectiva marxista. De acordo com a autora, a pesquisa histórica precisa integrar e articular três níveis de análise: a) o nível interno – o estudo da Psicologia em suas múltiplas e singulares manifestações,

isto é, a análise de conceitos, definições, coerência teórico-metodológica etc. realizada no interior do conhecimento e das práticas especificamente psicológicos; b) o nível da fundamentação filosófica – o estudo de concepções gerais sobre o ser humano e a sociedade mais amplo do que as formulações presentes na ciência particular e que foram determinantes em seu devir concreto; e c) o nível da totalidade – o estudo do movimento geral da sociedade e da concretude material e espacial das ideias científicas e filosóficas presentes na psicologia.

Um belo exemplo sobre os resultados investigativos obtidos pela articulação entre o objeto específico e a totalidade está na obra de Jacoby (1977) sobre a amnésia social. O autor foi capaz de problematizar o significado histórico da emergência de “novas” teorias sobre a subjetividade por meio da análise crítica de correntes neofreudianas e de teorias humanistas justamente porque analisou os movimentos e as transformações da sociedade em que elas surgiram. Sua crítica ao culto da subjetividade livre articulou o objeto singular (teorias humanistas na psicologia) com a totalidade (o capitalismo em uma fase de generalização do fetichismo da mercadoria).

Ao invés de tomar as teorias humanistas como teorias críticas porque elas simplesmente se apresentavam como novas e revolucionárias, o autor angulou seu objeto de estudo (novas teorias sobre a subjetividade) a partir da relação com a sociedade em que o culto da subjetividade isolada emergiu. Ao realizar isso, o autor identificou o contraste entre, de um lado, concepções em que a subjetividade encontra em si mesma seu início, meio e fim e, de outro, a permanência de uma sociedade que aprisiona e manipula os espaços mais íntimos do indivíduo. Assim, Jacoby (1977) critica humanistas e existencialistas norteamericanos porque afirmam que o indivíduo tem um impulso pela busca de segurança, mas ignoravam que a “insegurança” se manifesta em uma sociedade competitiva. Ao identificar tamanho contraste, o autor conclui que, apesar da aparência, as teorias humanistas não são alternativas, mas novas formas de racionalizar a ordem social. Para o autor, os humanistas “defendem o *status quo* como se este fosse a revolução” (Jacoby, 1977, p. 68).

O estudo da psicologia no Brasil, a partir da perspectiva da totalidade pode, por exemplo, investigar, partindo de certos objetos (obras, trajetórias e processos de institucionalização específicos), o processo pelo qual a psicologia brasileira reproduziu determinações gerais (certas concepções dominantes sobre a natureza humana ou a centralidade da individualidade isolada). Mais ainda, essa investigação deve centrar-se na elucidação e apreensão de media-

ções particulares: como o próprio processo de importação de certas teses pode ter modificado ou não as ideias importadas ou, ainda, como a modernização conservadora ou o período de autocracia burguesa (a ditadura civil-militar) modificou e marcou a psicologia brasileira, suas preocupações, seus limites e suas possibilidades.

Individualidade social

Possivelmente, a crítica da oposição entre indivíduo e sociedade foi uma das contribuições mais amplamente difundidas do marxismo à psicologia. A crítica ao individualismo e à conversão de uma forma historicamente específica de existência humana em condição universal de *toda e qualquer* existência humana⁴ foi objeto de inúmeras críticas à psicologia elaboradas por marxistas. Sève (1979), por exemplo, afirma que “metamorfosar em problemas psicológicos as contradições econômicas, é um dos clássicos truques de prestidigitação da ideologia burguesa” (p. 24). Da mesma forma, Parker (2007) afirma que o principal problema da psicologia é psicologizar fenômenos políticos, reforçando divisões de gênero, classe e raça por meio do refinamento do senso comum e de explicações falsas sobre a natureza humana. No Brasil ou na América Latina, é impossível imaginar a crítica realizada à psicologia social dominante sem relembrar a importância do marxismo para aqueles que destacaram a busca por uma “nova concepção” de homem para a psicologia social (Lane, 2001 [1984])⁵.

Essas críticas fundamentam-se na rejeição marxiana de toda e qualquer abordagem que universalize manifestações particulares da relação indivíduo-sociedade. O autor rejeita a abordagem que busca compreender o mundo atual por meio do recurso especulativo a um suposto “estado de natureza” que explica a suposta perenidade do indivíduo isolado na história humana. Para o autor, este é um procedimento que toma como ponto de partida precisamen-

4 Retomando a crítica de Macpherson (1964, p. 45): “O postulado de desejo inato de todos os homens por poder sem limites é manifestamente sustentável apenas para homens que já vivem em uma sociedade universalmente competitiva”.

5 Vale lembrar, também, exemplos da América Latina. Martín-Baró (2004 [1983]), por exemplo, usou a concepção marxiana de classe social para afirmar que as relações sociais estruturais são as mais determinantes na relação indivíduo-sociedade e, por isso, não podem ser ignoradas pela Psicologia Social. De forma muito próxima, Montero (1980) também partiu da concepção marxiana para afirmar que: “Todos os problemas [psicossociais] são problemas de classe” (p. 318).

te aquilo que deveria ser o ponto de chegada⁶, ou seja, é uma abordagem que toma o indivíduo constituído na sociedade burguesa não “como um resultado histórico, mas como ponto de partida da História (Marx, 1982 [1857], p. 4).

Essa crítica é fundamental. Teses que afirmam que a ação humana é limitada por um “individualismo possessivo” (Macpherson, 1964) ou uma essencial “individação individualista” (Tonet, 2013) são parte importante do pensamento moderno. Marx rompe com essa concepção oferecendo uma nova e radical concepção de ser humano. Ao não tomar o “individualismo possessivo” como início, meio e fim da história humana, o autor apresenta uma nova concepção ontológica de essência humana: “a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (Marx, 2007 [1845], p. 534). Por isso, Marx afirma que estuda indivíduos determinados socialmente e chama de ficção inútil as tentativas de enxergar no passado uma antecipação da sociedade burguesa. Como os seres humanos são radicalmente sociais, o processo de humanização é caracterizado por uma vida cada vez mais determinada socialmente⁷.

Para a história da psicologia, há, pelo menos, duas contribuições diretas da categoria “individualidade social”. A primeira delas é a de oferecer um novo marco para a avaliação e classificação das diversas teorias psicológicas. Por exemplo, Holzkamp (2013 [1988]) destacou que, apesar de existirem múltiplas teorias na história da psicologia, é possível apreender um denominador comum que liga todas as teorias: a afirmação da oposição entre indivíduo e sociedade. O autor elenca diversos exemplos: a) as teorias positivistas que enxergam o indivíduo como organismo abstrato que é afetado por certos “estímulos” ambientais; b) as teorias humanistas sobre a tendência natural à autorrealização que

6 “Não nos desloquemos a um estado primitivo imaginário. Um tal estado primitivo nada explica. Ele simplesmente empurra a questão para uma região nebulosa, cinzenta. Assim o teólogo explica a origem do mal pelo pecado, isto é, supõe como um fato dado e acabado, o que deve explicar” (Marx, 2004 [1844], p. 80).

7 Na teoria psicológica, essa tese se manifestou de diferentes maneiras. O exemplo mais conhecido é o trabalho de Vygotsky (1994 [1930]) que, a partir da obra de Marx, chegou à conclusão de que toda miséria e toda limitação humana resultam de processos sociais, ou seja, são processos que podem ser modificados e superados porque foram produzidos por um ser essencialmente histórico e social. De forma congruente com Vygotsky, Holzkamp (2013) articulou o sofrimento com a sociabilidade humana. Segundo o autor, os seres humanos não são apenas seres que vivem em certas condições, mas são seres que produzem as condições em que vivem. O processo de individualização depende da participação, individual e coletiva, na produção e reprodução das condições de vida. Por isso, a relação entre indivíduo e sociedade é bilateral: “os seres humanos não meramente vivem sob certas condições, mas necessitam controlar as condições de suas vidas” (Holzkamp, [1985]). Consequentemente, o sofrimento humano é produzido somente em condições sociais que fazem com que a autodeterminação da vida individual seja regida por outros.

afirmam uma teoria da subjetividade livre de circunstâncias sociais; c) abordagens interacionistas que focalizam abstratamente a construção de significados, eliminando os aspectos sociomateriais da produção simbólica; e d) a psicanálise que destaca o antagonismo irreconciliável entre indivíduo e sociedade, ao afirmar a universalidade do recalque e outros processos psíquicos ou culturais.

Nota-se, portanto, uma nova forma de se classificar as teorias psicológicas: as que tomam uma postura unilateral na relação indivíduo-sociedade e as que buscam apreender o caráter bilateral dessa relação. Em outras palavras, por trás da diversidade conceitual, há a mesma concepção ontológica que afirma a impossibilidade de um processo de determinação reflexiva entre indivíduo e sociedade. Assim, a categoria individualidade social possibilitou que Holzkamp não reproduzisse a confusão entre determinações gerais do indivíduo (o seu caráter sócio-histórico, a permanente dialética entre teleologia e causalidade no nível individual etc.) e formas específicas de individualidade, tais como o já citado “individualismo possessivo”.

Há uma segunda contribuição da categoria individualidade social que pode ser explicitada a partir de Holzkamp (2013 [1988]). Para o autor, uma abordagem capaz de levar até as últimas consequências a sociabilidade da individualidade, mais do que explicar que somos indivíduos na medida em que participamos da produção e reprodução de nossas condições sociais, pode revelar as bases sócio-históricas das teorias que explicam unilateralmente a relação indivíduo-sociedade. Ao compreender a sociabilidade da vida individual, nota-se que toda tentativa de abordar unilateralmente a relação indivíduo-sociedade é expressão de condições sociais que impossibilitam ou obstaculizam, no nível imediato, a participação do indivíduo no processo de determinação da produção e reprodução das condições sociais. Tal situação cria a aparência de que há uma oposição essencial entre indivíduo e sociedade.

Assim, a categoria individualidade social possibilita, de um lado, a análise de correntes teóricas da psicologia a partir de seus fundamentos comuns (ou da convergência de concepções ontológicas) e, de outro, facilita a identificação do solo sócio-histórico, que é o ponto de partida das teorias psicológicas dominantes. Há, portanto, uma categoria que possibilita a problematização da gênese histórica e teórica das diferentes formas como a relação entre indivíduo e sociedade foi abordada na psicologia.

Decadência ideológica

Finalmente, destaca-se, aqui, como a análise marxista do processo de decadência ideológica pode contribuir para os estudos da história da psicologia. A análise de Lukács (2010 [1965]) sobre o processo de decadência ideológica é uma importante contribuição para se pensar como os processos societários condicionam e limitam o processo de conhecimento. Para o autor, o processo de decadência ideológica da burguesia começa após o encerramento do seu ciclo heroico. Este começou com o processo de contestação do Antigo Regime e elaboração de um projeto de sociedade que contribuiu para explicitar o papel do sujeito na história⁸. É nesse período que aparecem formulações destacando o papel da razão e do sujeito, o humanismo e o historicismo (Coutinho, 1972).

Na fase heroica, uma burguesia revolucionária se apresentava como representante de interesses profundamente progressistas, como as belas promessas de liberdade, igualdade e fraternidade, e de um projeto político de contestação da ordem feudal. No entanto, entre 1830 e 1848, quando ocorreram as primeiras crises econômicas e surgiram as primeiras manifestações políticas independentes do proletariado, explicitou-se uma importante mudança que estava em curso desde 1789: a burguesia era a classe dominante.

A mudança de posição da burguesia impactou todos os elementos que constituíram o seu projeto revolucionário. O papel da razão e do sujeito, o humanismo e o historicismo, além de diversas outras conquistas do projeto revolucionário burguês, passaram a ser combatidos ou ganharam interpretações completamente distintas. O papel da razão na história passou a ter limites claros (em geral, identificados como limites naturais), e o humanismo converteu-se em individualismo (Coutinho, 1972; Pinassi, 2009).

Nos campos da ciência e da filosofia, deixou-se de priorizar a “reprodução do concreto por meio do pensamento” (Marx, 1982 [1857], p. 14), pois as novas prioridades para a ciência são ditadas pelo processo de valorização do capital e pela necessidade de legitimação e a manutenção do estado existente das coisas.

8 O processo de transformação do mundo social que ocorreu entre a crise do Regime Antigo e as primeiras revoluções burguesas foi acompanhado pelo aparecimento de novas concepções ideológicas, ideias filosóficas e manifestações estéticas. Figueiredo (2007) destaca a intensidade dessas transformações fazendo referência à “multiplicação das vozes”, que deu abertura à liberdade individual. O processo de desintegração da sociedade vigente, fechada, criou espaços para a liberdade individual. De forma congruente, Pinassi (2009) resalta como o início da crise do feudalismo e o movimento renascentista destacaram uma nova forma de se conceber a relação entre o mundo e a subjetividade: “De todas as grandes e decisivas conquistas do humanismo renascentista, a mais importante foi, sem sombra de dúvidas, afirmar a positividade racional do homem frente à construção de seu próprio destino” (p. 42).

Inaugura-se, então, o período de decadência ideológica caracterizado por uma mudança dramática:

Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial (Marx, 2013 [1873], p. 86).

Segundo Lukács (2010 [1965]), a decadência é caracterizada por três elementos: a) evasão da realidade – a existência de uma tendência à mistificação ou à evasão do confronto do pensamento com o movimento da realidade; b) ausência de problemas substancialmente novos – além de não apresentar novas questões, o pensamento decadente preocupa-se somente com o que é importante para o desdobramento histórico-social do capitalismo; e c) aceitação e reprodução das deformações produzidas pela divisão social do trabalho, ou seja, aquilo que é historicamente específico é convertido em parte “natural” ou condição “universal” da humanidade.

A função social fundamental da decadência ideológica é a de garantir a reprodução social da ordem vigente e fazer com que o processo de conhecimento esteja pareado com o processo de valorização do capital. Isto se manifesta das mais diferentes maneiras no pensamento burguês: empobrecimento ou negação da razão, fragmentação e especialização das ciências etc. O que importa ressaltar é que as distintas manifestações particulares da decadência ideológica, ao longo da história, possuem um solo comum.

A decadência ideológica não é uma decisão consciente da burguesia em produzir distorções ou compreensões falseadoras sobre o real, mas um condicionamento posto pela posição objetiva que a burguesia passou a ocupar nas formações sociais regidas pelo capital. Ao tomar o poder, a aproximação da burguesia à totalidade social se dá a partir de uma posição muito parcial: os imperativos do processo de reprodução do capital. Dessa posição, a aspiração de conhecer a totalidade concreta e apreendê-la pela razão é, gradativamente, abandonada e trocada por aproximações que só conseguem apreender aspectos cindidos e fraturados da realidade social.

Partindo dessa tese, Löwy (1989) afirma que o projeto de conhecer e transformar a totalidade passa a pertencer a outra posição social. Segundo o autor,

o conhecimento que contribui para a emancipação humana encontra sua condição de possibilidade na atividade de se transformar a realidade. Assim, são os grupos e classes revolucionários que buscam construir um “reino de liberdade” que portam as melhores oportunidades de se gestar um conhecimento geral, crítico e transformador.

As discussões de Lukács sobre a decadência ideológica apresentam duas possibilidades de investigação. De um lado, a importância de identificar o significado histórico do surgimento de certas ciências independentes no interior de um complexo processo de transformação da ciência, da filosofia e da arte que ocorreu desde 1848. De outro, oferece indicações sobre as condições que catalisam a emergência de saberes críticos nas ciências existentes. Conduzindo essas possibilidades para o campo da história da psicologia, chega-se a três linhas de investigações: a) em primeiro lugar, se há decadência ideológica, então não cabe apenas investigar a origem da psicologia (ou a origem de certos projetos de psicologia), mas também o sentido de sua origem; isto é, qual o seu significado *histórico*; b) em segundo lugar, há a necessidade de se identificar as relações entre tendências da decadência ideológica e os diversos projetos de psicologia; e, finalmente, c) a decadência ideológica pode contribuir para se identificar e analisar as condições sociais necessárias para a catalização de projetos críticos de psicologia.

Em outras palavras, a decadência ideológica sublinha a importância de identificar o significado histórico da psicologia no interior de um complexo processo de transformação da ciência, da filosofia e da arte que começou no século XIX. Assim, Parker (2009) apresentou questões, pelas quais, toda análise marxista da psicologia teria que passar: Por que a psicologia existe? Por que existe um domínio da atividade intelectual que faz parecer que uma disciplina particular pode revelar as razões da ação humana?

Por outro lado, a análise do processo histórico-social de decadência ideológica também pode oferecer indicações sobre as condições necessárias que catalisam a emergência de saberes críticos na psicologia. Parker (2007) aponta para esse tema quando defende a tese de que certos projetos de psicologia só existiram porque surgiram processos anticapitalistas no século XX. De acordo com o autor, lutas sociais revolucionárias constituíram as condições de possibilidade para a emergência de teorias como a Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky (após a Revolução Russa), a Psicologia Crítica de Holzkamp (após as rebeliões de 1968) ou a Psicologia da Libertação de Martín-Baró (que emer-

ge durante a insurgência da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional). Assim, momentos históricos de insurgência da classe trabalhadora, novas alianças de psicólogas e psicólogos com setores da classe trabalhadora ou outros setores oprimidos na sociedade burguesa, bem como a busca por emancipação humana, são condições importantes das quais partem diversos projetos de crítica e reconstrução teórica da psicologia, a partir da perspectiva da emancipação humana (ver também: Lacerda Jr., 2015; 2016).

Considerações finais

Uma análise marxista da história da psicologia pode oferecer diversas contribuições. Neste capítulo, exploraram-se algumas possibilidades a partir da análise de como três categorias – totalidade, individualidade social e decadência ideológica – podem guiar os modos de se fazer história da psicologia.

De forma sintética, pode-se afirmar que uma abordagem marxista na história da psicologia deve realizar, de forma simultânea, três análises: a) a histórica – um estudo sobre a sociedade em que se gestaram as teorias e práticas psicológicas que são objeto de pesquisa; b) a sistemática – o estudo sobre as categorias teóricas ou as práticas sociais da psicologia em sua imanência, isto é, a análise “interna” das ideias psicológicas; e c) a da função social – o estudo que confronta as ideias e práticas psicológicas com a realidade social que condiciona, gesta e é movida por ideias e práticas psicológicas.

Nessa perspectiva, a análise marxista da psicologia busca compreender como relações reais e efetivas entre indivíduo e sociedade articulam-se com o processo de gênese e desenvolvimento das ideias e práticas psicológicas. Trata-se de compreender tanto as condições sociais que engendraram o eclipse de certas teorias psicológicas e o fetiche de outras quanto de compreender o que as teorias psicológicas expressam sobre a nossa vida cotidiana.

O estudo marxista da história da psicologia busca ir além da reiteração de que as teorias ou as práticas psicológicas são socialmente construídas. Cabe ao historiador descrever e explicar a vinculação entre necessidades e práticas sociais vigentes e a hegemonia de concepções que afirmam que há algo natural ou inerente à vida humana. Assim, o marxismo busca interrogar como conflitos sociais, ideologias dominantes e formas históricas de individualidade se expressam na psicologia ao mesmo tempo que busca problematizar a forma pela qual o complexo de ideias e práticas psicológicas condicionou ou

determinou conflitos sociais, ideologias dominantes e formas históricas de individualidade. Trata-se de realizar estudos históricos sobre a psicologia com a finalidade de desvelar o quanto é limitada a concepção de homem dominante no mundo burguês e, assim, dar alguma contribuição para a constituição de uma alternativa para além do capital.

Referências

- Antunes, M. A. M. "Materialismo histórico-dialético: Fundamentos para a pesquisa em história da psicologia". In Abrantes, A. A. et al. (orgs.). *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 105-17.
- Brožek, J. e Massimi, M. (ed.). "Curso de introdução à historiografia da psicologia: apontamentos para um curso breve - parte segunda: da descrição à interpretação". *Memorandum*, n. 2, pp. 103-9, 2002.
- Buss, A. R. "The structure of psychological revolutions". *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 14, n. 1, pp. 57-64, 1978.
- Calviño, M. "Pensando en una psicología marxista: Contribuciones para el reconocimiento y la construcción". *Alternativas Cubanas en Psicología*, v. 1, n. 1, pp. 8-24, 2013.
- Campos, R. H. de F. "Em busca de um modelo teórico para o estudo da história da psicologia no contexto sociocultural". In _____ (org.). *História da psicologia*. Rio de Janeiro: ANPEPP, 1996, pp. 125-45. (Coletâneas da ANPEPP, n. 15).
- Carone, I. "De Frankfurt à Budapest: os paradoxos de uma psicologia de base marxista". *Psicologia USP*, v. 2, n. 1-2, pp. 111-20, 1991.
- Coutinho, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- Ferreira, A. A. L. "O múltiplo surgimento da psicologia". In Jacó-Vilela, A. M. et al. (orgs.). *História da psicologia: rumos e percursos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nau, 2008, pp. 13-46.
- Figueiredo, L. C. M. *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. 7 ed.). São Paulo: Escuta, 2007.
- Harris, B. "What critical psychologists should know about the history of psychology?". In Fox, D e Prilleltensky, I. (orgs.). *Critical psychology: an introduction*. 2 ed. Los Angeles: Sage, 2009, pp. 20-35.
- Holzkamp, K. "Societal and individual life processes". In Tolman, C. W. e Maiers, W. (orgs.). *Critical psychology: contributions to an historical science of the subject*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991 [1985], pp. 50-64.

- _____. “Basic concepts of critical psychology”. In Schraube, E. e Osterkamp, U. (orgs.). *Psychology from the standpoint of the subject: selected writings of Klaus Holzkamp*. New York: Palgrave Macmillan, 2013 [1985], pp. 19-27.
- _____. “The development of critical psychology as a subject science”. In Schraube, E. e Osterkamp, U. (orgs.). *Psychology from the standpoint of the subject: selected writings of Klaus Holzkamp*. New York: Palgrave Macmillan, 2013 [1988], pp. 28-45.
- Jacoby, R. *Amnésia social: uma crítica à psicologia conformista, de Adler a Laing*. Trad. S. S. Gomes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- Lacerda Jr., F. “Marxism, critical psychology, and human emancipation: identifying catalysts for building critical social theory”. In Tuleski, S. (org.). *Liberation psychology in Brazil*. New York: Nova Publishers, 2015, pp. 41-54.
- _____. “Marxismo e psicologia: notas críticas sobre epistemologismo, emancipação e historicidade”. In Oliveira, I. F.; Paiva, I. L.; Costa, A. L. F.; Coelho-Lima, F. e Amorim, K. (orgs.). *Marx hoje: pesquisa e transformação social*. São Paulo: Outras Expressões, 2016, pp. 255-275.
- Lane, S. T. M. “A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia”. In Lane, S. T. M. e Codo, W. (orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001 [1984], pp. 10-9.
- Lessa, S. *Para compreender a ontologia de Lukács*. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.
- Löwy, M. “Stalinist ideology and science”. In Ali, T. (org.). *The stalinista legacy: its impact on Twentieth-century world politics*. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1984], pp. 168-84.
- _____. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- Lukács, G. *Marxismo e teoria da literatura*. Trad. C. N. Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [1965].
- _____. *Para uma ontologia do ser social I*. Trad. C. N. Coutinho, M. Duayer e N. Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012 [1968].
- Machpherson, C. B. *The political theory of possessive individualism: Hobbes to Locke*. Oxford: Oxford University Press, 1964.
- Martín-Baró, I. *Acción e ideología: psicología social desde centroamerica I*. San Salvador: UCA Editores, 2004 [1983].
- Marx, K. “Introdução à crítica da economia política”. Trad. E. Malagodi e J. A. Giannotti. In _____. *Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro - o rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1857], pp. 3-21.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. J. Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].
- _____. “Ad Feuerbach”. Trad. R. Enderle, N. Schneider e L. C. Martorano. In _____ e Engels, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007 [1845], pp. 533-6.

- _____. *O capital: crítica da economia política – livro I*. Trad. R. Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013 [1873].
- Massimi, M. et al. “Historiografia da psicologia: métodos”. In Campos, R. H. de F. (org.). *História da psicologia*. Rio de Janeiro: ANPEPP, 1996, pp. 29-56. (Coletâneas da ANPEPP, n. 15).
- Montero, M. “La clase social: sus derivaciones psicosociales”. In Salazar, J. M. (org.), *Psicología social*. D. F., México: Editorial Trillas, 1980, pp. 295-329.
- Netto, J. P. *O que é marxismo?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Netto, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- Osterkamp, U. “Personality: self-actualization in social vacuums?”. In Tolman, C. W. e Maiers, W. (orgs.). *Critical psychology: contributions to an historical science of the subject*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991 [1986], pp. 160-79.
- Parker, I. *Revolution in psychology: alienation to emancipation*. London: Pluto Press, 2007.
- _____. “Critical psychology and revolutionary marxism”. *Theory & Psychology*, v. 19, n. 1, pp. 71-92, 2009.
- Pinassi, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- Richards, G. *Putting psychology in its place: critical historical perspectives*. 3 ed. London: Routledge, 2010.
- Sève, L. *Marxismo e teoria da personalidade*. Trad. E. L. Godinho. Lisboa: Livros Horizonte, 1979, v. 1.
- Tonet, I. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- Tuleski, S. C. *Vygotski: a construção de uma psicologia marxista*. 2 ed. Maringá: EDUEM, 2010.
- Vygotsky, L. S. (1930/1994). “The socialist alteration of man”. In Veer, R. van der e Valsiner, J. (orgs.). *Vygotsky reader*. Oxford: Blackwell, 1994 [1930], pp. 175-84.
- Wertheimer, M. *Pequena história da psicologia*. Trad. L. L. de Oliveira. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- Yamamoto, O. H. *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: Edicon, 1987.